



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1048/03	DATA: 31/07/03
INÍCIO: 10h19min	TÉRMINO: 12h08min	DURAÇÃO: 1h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h49min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 22
REVISÃO: Víctor		
CONCATENAÇÃO: Amanda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
FREI ANASTÁCIO - Deputado Estadual da Paraíba, Relator da CPI dos Combustíveis no Estado.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.
--------------------------------

OBSERVAÇÕES



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença do Deputado Estadual Frei Anastácio, Relator da CPI dos Combustíveis da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Esclareço aos Deputados e ao convidado que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início à interpelação. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar o convidado deverão inscrever-se junto à Secretaria. Convido para tomar assento à mesa o Deputado Estadual Frei Anastácio, que disporá de 20 minutos para a sua exposição. Passo a palavra ao Deputado Estadual Frei Anastácio para a sua exposição.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Sr. Presidente, senhores membros da CPI dos Combustíveis da Câmara Federal, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa, é com muita alegria e satisfação que fui convidado para depor nesta CPI. Aqui estou e quero, desde já, agradecer pela oportunidade, por entender que esta CPI tem um papel de suma importância, fundamental por ter um caráter nacional. Vou iniciar dizendo os motivos para a criação de uma CPI dos Combustíveis na Assembléia Legislativa da Paraíba. A CPI foi criada para investigar as denúncias de formação de cartel na venda de combustível, adulteração do álcool e da gasolina e sonegação fiscal. Esse foi o objetivo investigatório. A CPI foi criada no dia 19 de maio de 2002, e a entrega do relatório final aconteceu no dia 20 de dezembro do mesmo ano. A relação dos motivos. Pelas constantes aclamações da população nos programas de rádio e jornais, alguma coisa estava acontecendo de errado, principalmente na diferenciação de preços da Capital para o interior do Estado. Sempre foi uma forte denúncia. Por exemplo, nas cidades distantes de João Pessoa, os preços dos combustíveis eram bem mais baixos do que na capital, de onde saía o produto para o restante do Estado, na Grande João Pessoa, onde fica o porto, na cidade vizinha de Cabedelo, onde os revendedores adquirem o combustível. Pela lógica mais simples, os postos que estão nas cidades distantes deveriam vender bem mais caro, uma vez que pagam fretes com valores bem superiores. Mas estava acontecendo o contrário. Em João Pessoa, que está situada a apenas 18 quilômetros de Cabedelo, o combustível era mais caro do que no interior do Estado. Aí surgiu de frente um

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

grande questionamento: ou estaria existindo irregularidade por parte dos postos na capital ou muitos postos do interior, a exemplo de Guarabira, Cajá e até no sertão, estariam sonegando impostos para vender mais barato. Analisando o relatório da CPI dos Combustíveis realizada pela Câmara de Vereadores de João Pessoa em 2001 — a Câmara de Vereadores de João Pessoa, em 2001, também fez uma CPI —, vimos que os questionamentos e as denúncias eram as mesmas. Já em 2001 aquela CPI constatou indícios de adulteração na venda de combustível, cartelização ou unificação dos preços dos combustíveis, sonegação de tributos e falta de estrutura dos postos. Em depoimento do então Presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustível, Moacir Dantas, em agosto de 2001, naquela CPI, ele deixou claro que o aumento do número de postos fez com que o equilíbrio das vendas caísse. Dessa forma, segundo o depoimento, 90% do combustível vendido na Paraíba estaria fora das especificações. Esse depoimento está em documento da CPI na Câmara Municipal, que esta CPI já recebeu esse relatório. O relatório da CPI da Câmara, que foi presidida pelo Vereador do PT Padre Adelino, foi entregue às autoridades do Estado, mas não obteve grandes resultados. Uma das alegações era de que a CPI teria ficado presa só aos problemas da capital, já que não poderia legalmente ultrapassar as fronteiras do Município. O trabalho da CPI da Assembléia Legislativa da Paraíba. De posse de todos esses dados da CPI da Câmara de Vereadores e atento às denúncias contra os postos que não cessavam, foi requerida a aprovação e a instalação da CPI dos Combustíveis na Assembléia Legislativa da Paraíba, em maio de 2002, para investigar o problema em todo o Estado. A Comissão realizou 16 reuniões. A CPI ouviu donos de postos, representantes do Ministério Público, dirigentes dos PROCONs estadual e municipal, de João Pessoa e Campina Grande, Corpo de Bombeiros, vários donos de postos, representantes de distribuidoras, representantes da Secretaria de Finanças do Estado, dirigentes do Sindicato dos Revendedores de Derivados de Petróleo, representante da Agência Nacional de Petróleo, no caso a ANP, o Relator e o Presidente da CPI instalada em 2001 na Câmara de Vereadores da capital. O representante da Agência Nacional de Petróleo revelou, diante dos questionamentos da falta de punição, que o órgão não dispunha de funcionários em número suficiente para realizar o trabalho em todo o País. Revelou ainda que o indício de combustíveis adulterados na Paraíba chegava a 12%, sendo que na cidade de Patos, no interior do Estado, o índice chegava a

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

13% de combustível adulterado. Foi depois dessas declarações que a CPI decidiu realizar uma força-tarefa. Quando ouvimos essas pessoas, então decidimos realizar uma força-tarefa, com a presença do representante da ANP, Receita Federal, Estadual e Municipal, Ministério Público, PROCONs, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Civil e Militar, Delegacia da Ordem Econômica. Ao todo foram 6 diligências que essa força-tarefa realizou no Estado. Durante as visitas foram constatadas muitas irregularidades, que estão relacionadas no relatório final entregue à CPI da Câmara dos Deputados. Esse relatório nós entregamos e eu trouxe o outro, que posso deixar. Entre as irregularidades estava indício de sonegação fiscal, adulteração de combustível, cartelização dos preços, bomba com aferição que dava prejuízo ao consumidor, ou seja, marcava 1 litro mas, na realidade, o tanque recebia bem menos. Essas irregularidades foram constatadas tanto em João Pessoa quanto em Campina Grande e outras cidades do Estado. Além dessas irregularidades, o Corpo de Bombeiros constatou muitos descumprimentos das normas de segurança. A CPI também constatou a falta de uma fiscalização periódica através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais para reprimir práticas de mercado consideradas desonestas. Outra constatação da CPI foi o aumento fenomenal da qualidade de postos do Estado, sobretudo na capital. Em João Pessoa, o número de postos passou de 50 para 107 nos últimos anos. Isso foi possibilitado pela flexibilização de uma lei municipal, modificada pelo atual Prefeito, Cícero Lucena. A Lei de nº 8.169/96 só permitia a construção de um posto a mil e 500 metros um do outro. Com a ascensão da nova Lei nº 9.060, de 25 de fevereiro de 2000, a distância caiu para apenas 200 metros. Com isso, em cada esquina considerada boa para comércio, é encontrado um posto de combustível em João Pessoa. Eles estão no meio das casas, perto de escolas e até ao lado da Mata Atlântica, que é protegida pelo IBAMA. O jornal *O Momento*, em sua edição de 27 de setembro de 2001, páginas 4 e 6, chegou a dizer que a lei teria sido mudada para beneficiar familiares e amigos do Prefeito da capital, que possuía muitos postos na cidade. Esses arquivos também estão na CPI da Câmara de Vereadores de João Pessoa. Hoje, na Paraíba, segundo dados do próprio SINDIPETRO, existem mais de 400 postos revendedores de combustíveis. Quais os encaminhamentos da CPI da Assembléia? Depois que concluímos os trabalhos, conseguimos aprovar o relatório final da CPI no plenário da Assembléia



***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

Legislativa, que o enviou aos órgãos competentes, às esferas estadual e federal. No relatório nós fizemos várias recomendações. No âmbito da área tributária, recomendamos o seguinte: que o Congresso Nacional, através de suas Comissões, proceda aos estudos a fim de revogar o instituto da substituição tributária na cobrança do ICMS sobre os derivados de petróleo e álcool combustível. Ao Poder Executivo, que edite decreto governamental determinando a colocação de um equipamento emissor de cupom fiscal em todos os postos de combustíveis, para monitorar a vazão nas bombas de combustíveis. No âmbito da área penal, recomendamos ao Ministério Público proceder à análise das denúncias ora especificadas no campo do relatório objetivando tipificar os crimes cometidos e promover o consequente indiciamento dos acusados. Recomendamos ainda a descentralização das competências, possibilitando um maior entrosamento entre os setores envolvidos, pois a CPI observou que as Secretarias da Fazenda, da Segurança Pública e a ANP demonstram fragilidade na unificação de suas ações e na comunicação que deveria haver entre elas. O ideal, portanto, seria construir uma central de inteligência com a participação de todos esses agentes, afim de desbaratar as possíveis quadrilhas que atuam dentro e fora do Estado. No âmbito do Poder Executivo, propusemos edição de decreto governamental no sentido de que sejam realizadas fiscalizações periódicas, através de uma Comissão Especial composta por órgão de Proteção e Defesa do Consumidor, Ministério Público, Secretaria das Finanças e Polícia Civil. Recomendamos ainda a criação de um fórum permanente visando debater e discutir o setor de comercialização de combustível, sua prática e regulamentação, com a participação dos representantes dos seguintes órgãos: Ministério Público, Assembleia Legislativa, PROCONs estadual e municipal, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Secretaria da Fazenda Municipal, Corpo de Bombeiros, Agência Nacional de Petróleo, Polícia Federal, Polícia Civil, com a Delegacia de Ordem Econômica, Sindicato dos Revendedores de Derivados de Petróleo de João Pessoa e Campina Grande. No âmbito administrativo, recomendamos à Secretaria de Direito Econômico, especialmente ao Conselho de Administração de Defesa Econômica, para proceder à instalação do processo por formação de cartel pelos revendedores de combustível do Estado da Paraíba, conforme análise de pesquisa realizada pela ANP e PROCON de João Pessoa. Proposta de medida de natureza judicial. Diante

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

de indícios de crime, a CPI decidiu encaminhar o relatório aos seguintes órgãos: Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Governador do Estado, Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba, Delegacia da Receita Federal da Paraíba, Agência Nacional do Petróleo, Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraíba, PROCON Municipal de João Pessoa e Campina Grande, PROCON Estadual, Superintendência de Polícia Civil do Estado da Paraíba, Secretaria de Direito Econômico e Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Lavagem de dinheiro em postos de combustíveis. Durante o trabalho da CPI na Assembléia Legislativa da Paraíba, nós recebemos denúncias anônimas de que existia lavagem de dinheiro em postos de combustíveis no Estado. Mas, infelizmente, não conseguimos ouvir ninguém em relação a isso. Entretanto, essas suspeitas foram confirmadas no dia 22 deste mês pelo próprio Sindicato dos Revendedores de Derivados de Petróleo da Paraíba, Evaristo Cavalcanti. As afirmações dele foram feitas em depoimento a uma comissão especial, criada pela OAB da Paraíba, de Combate à Criminalidade. O Presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis da Paraíba disse que, além de postos, podem existir também distribuidoras lavando dinheiro na Paraíba. Esse recorte de jornal com essas declarações será deixado para esta Comissão no Anexo 1 desta minha exposição. Para nossa surpresa, no dia 21 deste mês de julho recebemos pelos Correios e Telégrafos um relatório anônimo com o nome de uma rede de postos que pode estar lavando dinheiro na Paraíba, na região do Vale do Mamanguape. Eu não vou aqui dizer o nome da pessoa que estaria comandando esta lavagem de dinheiro, por se tratar de um sujeito considerado perigoso. Mas vou deixar cópia do relatório para a Comissão, é o Anexo II. Uma vez que nesta região do Vale do Mamanguape, uma região onde o latifúndio, o crime organizado, o tráfico de droga estão comandando roubo de carga. Então, eu estou ameaçado por pessoas dessa região. Então, eu me reservo de declinar o nome aqui, mas deixo com o Presidente da CPI. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse sujeito denunciado ficou muito rico em apenas 6 anos. Ele era lavador de carro e agora possui muitas carretas, mansões, carros zero e chega a esnobar a população ao transportar sacos de dinheiro dentro do carro. Segundo o relatório que recebi, esse sujeito também possui muitos bens dele em nome de laranjas. Essa pessoa denunciada também é vista constantemente depositando sacos de dinheiro nos bancos abertamente. O relatório apresenta ainda



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

o nome de outras pessoas que, de uma hora para outra, enriqueceram no Vale do Mamanguape. O Vale do Mamanguape, Sr. Presidente, ficou famoso em todo o Brasil depois que a polícia encontrou um túnel com 84 metros de comprimento e 7 de profundidade, usado para esconder caminhões de cargas roubadas. Isso foi ultimamente matéria nacional. No relatório que estou deixando para esta Comissão estão até os números das placas de alguns dos caminhões, carretas desse homem, que comanda uma rede de postos de combustíveis. E eu investiguei anonimamente essa situação. Esse Vale do Mamanguape, Srs. Deputados, está sendo chamado de o vale do terror. A estrada, a BR que dá acesso de Mamanguape à divisa com o Rio grande do Norte é tida como estrada do sumiço. E o Vale é o vale do terror. Lá existe roubo de carga, assalto, roubo de carro, tráfico de droga e, agora, essa denúncia de possível lavagem de dinheiro em postos de combustíveis. Providências tomadas. Quero aqui, Srs. Parlamentares, destacar o bom trabalho — é importante dizer isso — que o Ministério Público Estadual da Paraíba vem realizando para apurar e punir os acusados de cometer crimes no comércio de combustíveis da Paraíba. A avaliação que faço é de que os crimes cometidos diretamente contra a Fazenda Pública Estadual já estão sendo apurados com a prisão de vários agentes fiscais e a redução de 50% da sonegação fiscal na Paraíba. Mas os crimes contra o consumidor ainda estão no papel. As denúncias de adulteração de combustível e a formação de cartel nos preços praticados pelos postos não tiveram nenhum avanço. É justamente nessas duas linhas que esta CPI, no nosso entender, da Câmara Federal, deverá atuar para dar uma satisfação à sociedade, que não pára de reclamar. E a prática da unificação dos preços, Sr. Presidente, ainda continua. Na última quinzena de junho, por exemplo, foi anunciado que iria haver uma redução no preço da gasolina. Uma semana antes os postos da Paraíba aumentaram os preços de R\$1,75 para R\$2,10. Quando a redução dos preços foi aplicada, o preço ao consumidor ficou por 1,97. Essa é uma manobra freqüente, e nada é feito para coibi-la. Eu quero sugerir, Sr. Presidente desta Comissão, que esta CPI também tome o depoimento do Presidente do Sindicato dos Derivados de Petróleo da Paraíba, Evaristo Cavalcante, para que ele possa dar detalhes sobre a lavagem de dinheiro e a existência de laranjas nos postos de combustíveis da Paraíba — no Anexo 3, que vou deixar da matéria sobre os laranjas neste meu depoimento. Sugiro também que esta CPI ouça o Prefeito da capital da Paraíba, o Sr. Cícero Lucena, para ele



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

explicar o porquê da mudança da lei de concessão de alvará para a construção de postos de gasolina. Cícero Lucena também chegou a ser denunciado pelo jornal *O Momento*, anexado a este relatório da CPI na Câmara dos Vereadores da capital paraibana, de que estaria beneficiando pessoas de sua família e amigos na construção de postos de combustíveis. Quero sugerir ainda que esta CPI ouça o Presidente da CPI da Assembléia Legislativa da Paraíba, o ex-Deputado João Fernandes, que tem grande contribuição a dar a esta Comissão aqui na Câmara. Ele foi o Presidente, enquanto eu fui o Relator. Quero ainda que esta CPI... proponho que ela possa ouvir o Presidente da CPI que foi realizada na Câmara de Vereadores da capital, Padre Adelino, que também poderá trazer elementos importantes a esta CPI. Reforço aqui, Srs. Parlamentares, o meu pedido para que esta CPI se desloque até a Paraíba para ouvir não só essas pessoas que já mencionei, mas tomar depoimentos dos representantes dos PROCONs do Estado e Município, o Curador do Consumidor, Leonardo Pereira e o responsável pelo jornal *O Momento*, Djacir Lima, que fez muitas denúncias em relação à venda de combustível na Paraíba. Sugiro a esta Comissão que ouça pelo menos dois donos de postos que não sejam associados ao Sindicato dos Revendedores de Combustíveis da Paraíba. Isso porque há denúncias, que estão em documentos entregues ao Presidente da CPI, que mostram como o grupo desse segmento força a unificação dos preços sempre para cima — ou para baixo, quando eles querem jogar com a inteligência do consumidor. Sugiro ainda que esta Comissão ouça o Secretário de Finanças da Paraíba para que ele fale sobre a sonegação fiscal na venda de combustíveis. Preocupações que quero deixar aqui nesta CPI. Em 2001, quando foi realizada a CPI dos Combustíveis na Câmara de Vereadores de João Pessoa, a grande preocupação com a adulteração de combustível era com o álcool em percentual elevado na gasolina. Naquela data, que não é muito distante, Sr. Presidente, a mistura do álcool na gasolina acima de 20% era considerada um crime e trazia muitos prejuízos aos motores dos automóveis. Mas eu vejo, Sr. Presidente, que hoje essa mistura do álcool está em 25%. Se naquela época uma mistura além de 20% prejudicaria os motores dos veículos, imaginem agora como não estão os carros com esse percentual de álcool! Na época, ou seja, em 2001, um professor universitário descreveu que a mistura elevada do álcool traria danos para o carburador, entupimento nos bicos injetores, carbonização do motor, dano para a





**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

câmara de combustão, corrosão da bomba de combustível e das mangueiras e, entre outras coisas, o aumento no consumo de combustível. Imaginem, Srs. Deputados, como estão os nossos carros hoje, com 25% de mistura na gasolina. Dados preliminares para terminar este depoimento. Em João Pessoa, a média de venda de cada um dos mais de 100 postos é de 100 mil litros por mês. Na capital eram 130 postos até dezembro do ano passado, quando o relatório da CPI foi concluído. Em Campina Grande são 55 postos, 12 em Patos e os demais em outros Municípios. Antes da modificação na lei para concessão de alvará de funcionamento, a capital tinha 68 postos. A adulteração de combustível é de 12%, sendo que 68 é mistura de álcool. Há informação de que a ANP já multou pelo menos 18 postos por adulteração de combustível na Paraíba, mas nunca divulgou os nomes deles para a população saber. Seria importante investigar por que a ANP não publicou até agora os nomes desses postos. Nas seis diligências da CPI, 37 postos foram fiscalizados em João Pessoa, Campina Grande, Patos e Bahia. A principal irregularidade nessas visitas foi a compra de combustível entre os postos, ou seja, um posto comprando a outro. Uma carta sigilosa de um empresário enviada à CPI narrava que os empresários se reuniam para determinar os preços. Existe um depoimento de um dono de posto no Ministério Público que narra esta prática. Sr. Presidente, além do que aqui narrei, estou deixando vários recortes de jornais, estou deixando aquele relatório sigiloso para V.Exas. E aqui eu concluo a minha exposição, entregando a V.Exa. este relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Queremos agradecer ao Frei Anastácio por esse trabalho junto com os nobres Deputados da Paraíba. Sei da dificuldade que o Frei Anastácio está sofrendo na Paraíba. Esse relato que ele falou do Município chamado Mamanguape, ele já tinha me falado há um tempo. Eu espero que os órgãos de segurança na Paraíba protejam o Frei Anastácio, como também vários outros integrantes da CPI que estão, muitos deles, ameaçados de morte. Se depender desta Presidência, porque existe um requerimento do Deputado Paulo Rubens para fazer várias audiências nos Estados... Se depender de mim, a gente vai votar esse requerimento e a gente, o mais breve possível, vai fazer uma audiência pública na Paraíba onde a gente possa convocar todos esses desse relatório interno que... para nós chamarmos essas pessoas, porque eu acho que o que está acontecendo na Paraíba é uma realidade não só da Paraíba, mas uma

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

realidade do Brasil. Claro que no Nordeste e no Norte a coisa fica com mais dificuldade, e por isso que eu acho que a nossa CPI tem por obrigação ajudar os nossos companheiros Parlamentares que estão nesses Estados e que estão sendo ameaçados de morte por essa máfia. Antes de passar para as perguntas dos Deputados, eu quero informar que ontem nós estivemos na Associação de Juizes Federais. Estivemos eu, o Relator e o Deputado Dr. Evilásio. Quero dizer que, para nós, foi uma grande surpresa a postura do Presidente. Foi uma coisa excelente. O Presidente nos recebeu. Fizemos mais de uma hora de reunião. Sei que vários Deputados não puderam porque estava havendo várias atividades na Casa, mas era importante. A gente conseguiu transmitir que nós não queremos um conflito de poder. Ele se propõe a vir à Comissão. Ele conhece essa matéria. É um advogado de São Paulo e já teve vários processos que passaram na mão dele dessa matéria. Ele não deu nenhuma liminar porque ele tem um entendimento diferente. Então, para nós foi excelente. E ele quer vir à Comissão. O Dr. Evilásio já está fazendo um requerimento para convidá-lo para vir e para nos dar a explicação. Quero dizer para vocês que para mim, como para o Relator e para o Dr. Evilásio, nós ficamos surpresos. Eles já fizeram dois seminários discutindo essa matéria. E esses seminários apontavam para o não-acolhimento, no sentido dos processos, de dar as liminares. Então, é uma pessoa entendida da matéria, por isso nós saímos de lá muito satisfeitos, porque nós estamos no caminho certo de discutir com todos os órgãos para não entrarmos nessa discussão de conflito de poderes. Nós dissemos que uma coisa são os convites que nós fizemos aos juizes, outra é a questão da Juíza Cláudia, que nós estamos convocando devido a toda uma matéria que saiu na revista *Veja*. Por isso que para nós é fundamental. Então, eu queria dizer que nós vamos ter essa oportunidade de ter o Juiz Paulo aqui, que é o Presidente da Associação de Juizes. Vai ser uma audiência muito importante para nós, com a mesma sinceridade. E ele se propõe. Não fomos nem nós que convocamos. Ele se propõe a vir aqui. Ele quer vir aqui discutir conosco, não só nesta Comissão, como em qualquer Comissão onde se discuta qualquer coisa do Judiciário. Ele quer vir discutir. Então, para nós já é uma abertura. Vai ser a primeira vez na história que uma associação de juizes vai vir a uma CPI para discutir oficialmente. Então, a vinda dele aqui vai ser uma coisa para nós extremamente importante. Então, vou passar a palavra ao Deputado Eduardo Gomes.



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Frei Anastácio pela brilhante exposição, pela coragem e pela determinação e fazer, Sr. Presidente, algumas considerações acerca da CPI, do depoimento dos Procuradores aqui, que foi contundente em razão deste convite para essa explanação, tecendo alguns comentários sobre a gravidade do depoimento dos Procuradores, mas também, e principalmente, do depoimento do Deputado Frei Anastácio, fazendo, Sr. Presidente, a seguinte observação: com relação às ameaças, o reforço desta CPI no sentido de garantias àqueles que participam dessas apurações, mas fazendo um breve comentário sobre a compreensão do mercado e a dinâmica que esta CPI tem deslumbrado nas apurações, que a cada dia nos trazem mais surpresas, mais indefinições, mas que eu tenho certeza que o Presidente, os membros desta CPI, o Relator irão encontrar consciência suficiente para separar o joio do trigo para deixar esse segmento... esclarecido para a sociedade brasileira o que acontece realmente nessa cadeia. E, vendo aqui todas as observações sobre o Vale do Mamanguape e a dificuldade de apuração na CPI da Câmara de Vereadores, da Assembléia e que a nossa mesma estão tendo, a gente chega a pensar que nesse setor deve ter gente até que compra gasolina do Saddam Hussein, porque não é possível tamanho terror e tamanha sintonia com o crime organizado que ocorrem nesse setor. Mas eu faço a observação, Sr. Presidente, e isso faço de maneira consciente porque tive o cuidado de perguntar aos Procuradores, quando aqui estiveram, se eles haviam sofrido algum tipo de pressão ou de abandono estrutural do Governo do Estado da Paraíba ou se tinham tido alguma dificuldade ou pressão para paralisar as investigações e, ainda, se tinham conhecimento de financiamento de campanhas eleitorais na Paraíba por esse grupo ou por qualquer outro grupo. Digo isso porque, nas observações do Deputado Frei Anastácio, eu vejo necessidade de colhimento de informações, mas faço uma observação, Sr. Presidente. Faço uma observação para que esta CPI tenha o discernimento de entender a dinâmica do crime, do crime desse setor, que tem já identificado de que as grandes distribuidoras com suspeita de formação de cartel, de uso de liminares para a distribuição de combustível, de adulteração com solvente e a mistura do álcool travam uma guerra clara e aberta com as médias e pequenas distribuidoras mais no sentido de que quem era pequeno aprendeu a roubar também. Então, esta CPI tem tido o cuidado de não antecipar as

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

suas avaliações até que a apuração consciente seja feita em todos os entes da cadeia. Portanto, faço aqui a reserva, Sr. Presidente, no sentido de que manteremos contato. E posso dizer que até tenho um conhecimento com o Presidente da Câmara de Vereadores lá, o Fernando Milanez, fui Presidente da Câmara de Palmas, fazemos parte de um colégio de Presidentes de Câmara de capital, tive oportunidade de conhecê-lo, e com o Prefeito Cícero Lucena. Entendemos, Sr. Presidente, que essa dinâmica do número avolumado de postos de gasolina em distâncias menores é um fato que ocorreu no Brasil inteiro. Aqui dizia há pouco o Deputado Daniel com relação à mudança da lei também em Salvador, e aí o administrador público fica sob dois aspectos: num mercado que está crescendo, está fora da cadeia acha que ele está crescendo naturalmente, que cresce porque posto dá lucro. Mas todo mundo sabe que não é isso. Cresceu porque há uma verdadeira gangue em ação nesse setor. Agora, o administrador público fica no impasse entre abrir postos de trabalho num mercado difícil, no Brasil do desemprego, ou fechar a possibilidade de novos postos de trabalho na sua cidade. Vejo isso porque na minha cidade, Palmas, onde nós temos um plano diretor rígido e já sabemos, até 2020, quantos postos de gasolina vamos ter, já sofremos pressão no sentido de dar oportunidade a outras empresas. Então, eu faço essa observação, Sr. Presidente, no sentido de dizer que, se houver alguma informação adicional, eu queria que o Deputado dissesse a esta CPI, ou se há também no relatório reservado alguma coisa pontual com relação à participação do Prefeito ou não, ou se o questionamento é só em cima da sanção da Lei nº 9.060, para que esta CPI tenha a interpretação definitiva, porque as dificuldades estão sendo rompidas com muita consciência, com o trabalho competente da CPI, que ontem conseguiu esse avanço significativo com relação à Associação dos Juízes Federais, mas porque tem agido de maneira clara e transparente para que não haja contaminação de interpretação política no desenrolar dos trabalhos desta CPI. Então, eu faço essa observação levando, aqui, toda a nossa preocupação com relação à segurança das pessoas que fazem as denúncias em Pernambuco e na Paraíba. Vimos aí o problema das ameaças de morte, o problema daquilo que o Deputado Paulo Rubem chamou aqui, que lá não existe nem laranja, é acerola, porque uma acerola vale por 10 laranjas. Então, esse setor já é difícil em si. Se deixarmos que a opinião pública perceba, em qualquer momento, interpretação política local, em qualquer que seja o



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

levantamento desta CPI, nós podemos prejudicar o trabalho da CPI. Eu sei que esta não é a intenção nem do Deputado Frei Anastácio nem de ninguém que vem colaborando com esta CPI. Então, faço essa observação, Sr. Presidente, no sentido, inclusive, de que, da minha parte — e posso dizer que tenho tido dos meus colegas do PSDB apoio no sentido de falar em nome do partido nesta Comissão —, da minha parte também V.Exa. terá apoio. Se uma das audiências públicas vier a ser realizada, que seja uma das audiências em João Pessoa, já que lá a gente vê que o problema é mais agudo e que lá há ameaça de morte a quem faz um belo trabalho de denúncia em favor do consumidor brasileiro. Mas que a gente tenha, desde já, a preocupação de não envolver nomes de pessoas ou não convocar qualquer que seja o ente político sem um levantamento criterioso sobre a participação ou não em qualquer tipo de favorecimento nos entes dessa cadeia. Esses donos de postos e distribuidoras que têm sido denunciados aqui participam da sociedade. São empresários em geral, admirados pelo seu efusivo sucesso. Então, é perigoso que envolvamos nomes de pessoas e de autoridades sem um levantamento adicional desta CPI. No mais, ficam aqui os meus cumprimentos ao Deputado Frei Anastácio pelo trabalho corajoso, pela forma corajosa com que vem colaborar com esta CPI, fazendo apenas essas observações para que esta CPI chegue ao fim dos seus trabalhos com a proposição de uma nova lei, de uma nova sistemática para o setor de combustíveis, que sofre a cada dia uma dinâmica diferente. Hoje o Ministério de Minas e Energia anunciou o cancelamento da divulgação da tabela prévia proposta de preço para os postos consumidores. Um assunto que há 2 meses ganhava a mídia brasileira e a população brasileira como a solução de todos os problemas simplesmente foi deixado de lado sem ter nenhuma explicação lógica para isso. A constitucionalização da CIDE também é questionada porque o Governo passado não fez e o atual não vem fazendo. Então, vejam só quanta preocupação esta CPI tem despertado e tamanho cuidado que devem ter o Presidente e o Relator no seguimento dessas investigações. É por isso que faço essas observações, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a colaboração do Deputado Frei Anastácio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Antes quero fazer das palavras do Eduardo Gomes as minhas palavras. Eu acho que a gente tem uma responsabilidade enorme e nós aqui estamos fazendo um trabalho que é extremamente diferente, porque em outras CPIs, em outros momentos, sempre se



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

levanta um montão de nomes e depois, mais tarde, é que se vai verificar que aqueles nomes não eram assim. Eu acho que a gente está fazendo um trabalho lento, mas um trabalho correto, porque quando a gente atuar... como a gente está fazendo agora no Judiciário, que é o mais difícil. A gente poderia nem entrar no Judiciário, nem podia entrar no Judiciário. A gente está entrando no mais difícil, onde tem mais problema. Porque hoje a gente já tem todos os indícios, já tem tudo. Então, quando a gente fala é porque a gente já tem uma coisa concreta. Então, é por isso que o nosso trabalho vai ser um trabalho lento, objetivo, mas também sabendo onde a gente vai estar pisando. Vou passar ao segundo, Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, embora não seja membro da CPI, mas quero aqui para estar presente nesse depoimento do nosso amigo, companheiro Deputado Frei Anastácio, dizer que ele não é ameaçado de morte apenas por essa questão. Ele... a ameaça de morte para o Frei Anastácio já vem de muito tempo na luta pela reforma agrária, na luta contra as milícias privadas, contra o crime organizado, contra grupos de extermínio. E ele foi Presidente de uma CPI da violência do campo que apurou a presença de milícias privadas em diversas regiões do nosso Estado. Mas eu queria, em primeiro lugar, dizer que o que o Deputado Frei Anastácio coloca expressa uma ação não isolada dos postos de combustível, ou dos donos de postos de combustível. Mas é uma ação que nós temos em diversos Estados do nosso País, e também na Paraíba, que é uma ação do crime organizado, que tem como preocupação básica a abertura de frentes para a lavagem de dinheiro. Então, lavar dinheiro é a mola mestra do crime organizado. Ele necessita de dinheiro. O dinheiro precisa ser lavado para se transformar no dinheiro limpo e poder ser aplicado. Daí também a questão da lavagem de dinheiro nos combustíveis a partir, inclusive, do depoimento que ele colocou e desse relatório reservado, que mostra que essa realidade não acontece apenas no Vale do Mamanguape, como ele... Mas nós temos denúncias do sertão, da Mata Sul, enfim, de várias regiões do nosso Estado onde há roubo de carro, de carga, de combustível encomendados. E aí, além da adulteração que há com relação a álcool, há também o batismo de água. Eu acho que nem a gente podia chamar de laranja, porque laranja tem pouco sumo, nem acerola, que também tem pouco, mas de melancia, que tem bastante água. E eu acho que essa é que é colocada. Ou seja, é o sistema da síndrome de batizar combustível, o que acontece normalmente e a gente vê a experiência que tem no



***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

nosso Estado. Eu queria parabenizar o Deputado Frei Anastácio e concordar com aquilo que ele expressa. Primeiro, houve um crescimento assustador de postos de gasolina na Paraíba. Em João Pessoa, em cada esquina a gente encontra um agora. Inclusive, contrariando até a legislação que impede que postos de gasolina sejam colocados próximos a hospitais, e têm, próximos também a escolas, e têm; ou seja, em ambiente de grande aglomeração. Ou seja, lá, se você quiser conhecer, em João Pessoa, onde é que funciona, a referência é “no posto de gasolina da esquina tal”. Pronto, pode buscar que você encontra um posto de gasolina. E, hoje, nas estradas também. Você tem um posto de um lado e tem do outro lado. Ou seja, há uma proliferação de postos de gasolina em nosso Estado. E a sugestão do Deputado Frei Anastácio é no sentido de que o Prefeito possa explicar essa questão da... o porquê desse crescimento de concessões para que postos possam ser implantados e implementados no nosso Estado. Com relação à Agência Nacional de Petróleo, parece que essa Agência, ela faz, de vez em quando, algumas fiscalizações, mas normalmente é quando há uma denúncia e há uma pressão, parece que a ANP vai lá e faz essa fiscalização. Mas nós não temos conhecimento, como disse o Deputado Frei Anastácio, nem de publicação desses postos nem das irregularidades que eles... Até muita gente, na Paraíba, conhece a ANP como agência que não pune. Ou seja, agência que não pune. Então, não há, de fato, a esse aspecto aí... e que eu concordo com o mesmo. Eu gostaria de, primeiro, dizer que esta CPI é muito importante no sentido de que nós tenhamos um mapa dessa realidade que acontece, não apenas de sonegação, mas de adulteração, de cartel, de aumento de preço, de batismo de combustível com água e outros componentes. Mas também uma coisa que a gente tem que investigar e aprofundar é essa questão da lavagem de dinheiro. É claro que não são todos os donos de postos de gasolina que fazem isso aqui. Mas é importante que nós investiguemos, porque essa é uma realidade que chama a atenção de todos nós. Além dessa denúncia, Deputado, que V.Exa. recebeu lá do Vale do Mamanguape, eu pergunto: V.Exa. tem recebido também denúncias de outras regiões da Paraíba sobre essa questão dos combustíveis? Segundo: quando V.Exa. foi Relator da CPI, quais foram as maiores dificuldades que V.Exa. encontrou no sentido de aprofundar as investigações e da própria realização do seu relatório? Terceiro: o que do relatório que V.Exa. apresentou, encaminhou ao Ministério Público, que providências esses... os órgãos oficiais ou aqueles órgãos a



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

quem V.Exa. ou a Presidência da CPI encaminhou cópia do relatório, se eles já tomaram alguma providência e se as providências foram comunicadas ao Poder Legislativo. Era isso que eu gostaria... parabenizando V.Exa. novamente pelo seu excelente depoimento nesta CPI e a certeza de que V.Exa. honra muito o nome do nosso partido, honra muito a nossa Paraíba e, com certeza, vai continuar combatendo o bom combate sem se envergar, sem se deixar levar pela pressão, pela perseguição. Mas será sempre uma voz altiva, uma voz firme, uma voz combativa para que nós acabemos de vez com o crime organizado também no nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Próximo Parlamentar, Rogério Silva.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, quero cumprimentar o expositor, Deputado Frei Anastácio. Eu queria aqui, Sr. Presidente, dirigir inicialmente sobre a condução da nossa CPI. O Presidente falou agora há pouco sobre a reunião que foi feita ontem com o Presidente da...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Associação de Juízes Federais.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ... Associação de Juízes Federais, que estaria disposto a vir aqui à CPI para dar explicações de algum conhecimento que tem na área... e que tem conhecimento na área de sonegação fiscal, adulteração e máfia... suposta indústria de liminares. Eu acho que é importante, sim, a vinda dele aqui. Agora, é mais importante, Sr. Presidente, que a gente dê uma condução com resultado a esta CPI. Nós precisamos ter as Sub-Relatorias para determinar grupos e grupos, pegando 3 ou 4 itens importantes, para que haja um levantamento perfeito dessas questões. A gente, às vezes, como membro da CPI, a gente está encontrando dificuldade em direcionar para essa ou para aquela questão, porque no momento em que a gente está nesse ponto já passa para esse, já passa para esse. Então, eu queria dar essa sugestão, que a gente comece ou que venha a Sub-Relatoria, porque nós estamos aí com pouco mais de 30 dias para concluir o prazo da CPI, não é verdade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - CPI... o prazo regimental termina no dia 7 de setembro, mas podendo ser prolongado por mais 60 dias.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Perfeito, mas de qualquer maneira...



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Então, nós vamos até novembro.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - ... de qualquer maneira, a prorrogação dela deveria estar dentro já de um trabalho bem direcionado. E aqui eu quero dirigir diretamente, agora, ao Frei Anastácio, que ele falou nas suas palavras que tinha receio de falar alguns nomes, de citar alguns nomes, porque esses nomes são nomes de pessoas perigosas que fazem ameaças lá no Estado da Paraíba. Só que ele não teve receio de citar o nome do Prefeito Cícero Lucena. Se o senhor cita um nome, o senhor deveria citar todos os outros nomes. A questão de uma lei de aumento de postos, pelo o que eu sei, no Brasil inteiro, foi feita no sentido de aumentar a concorrência e diminuir o cartel, o controle de preços de combustível. Agora, eu não queria aqui, Frei Anastácio — e me sinto dessa maneira —, que a colocação do nome de um Prefeito dentro da sua explanação aqui, ela deu uma conotação muito mais política do que de investigação de uma CPI. Eu gostaria de te perguntar sobre os nomes dos maiores distribuidores de combustíveis da Paraíba. O que vocês levantaram sobre esses grandes distribuidores dessas empresas e que tipo de levantamento vocês fizeram — adulteração, sonegação, indústria de liminar? Especificamente, qual foi o levantamento que vocês fizeram na questão direta da atividade de distribuição de combustível? E a questão dos postos de gasolina, se vocês fizeram o levantamento em rede de postos de gasolina ou simplesmente notificaram um posto ou outro ou se foi feito esse levantamento em todos os postos de gasolina lá da Paraíba, da capital, principalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Frei Anastácio.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu quero agradecer. Eu vou responder em conjunto à indagação do Deputado Eduardo Gomes e também do Deputado Rogério Silva. Primeiro, eu quero dizer que aqui não se trata de uma questão partidária. Eu estou pedindo também para que seja convocado João Fernandes, um ex-Deputado, que, infelizmente, não voltou à Assembléia Legislativa, mas que foi Presidente da CPI, que fez um trabalho excelente e que é do mesmo partido do Prefeito Cícero Lucena. Agora, o que está em jogo é que tanto na Câmara de Vereadores, na CPI, como na CPI da... a questão da mudança da lei, do aumento de postos em João Pessoa, porque se proliferou...



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - A mudança da lei foi feita pela Câmara de Vereadores ou pelo Prefeito?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Como?

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - A mudança da lei foi feita pela Câmara de Vereadores ou pelo Prefeito?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - O Executivo encaminhou ao Legislativo.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E o Legislativo aprovou?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - É isso. É isso. A questão é essa. E denúncia, como eu coloco aqui, de um jornal que fez denúncia e anexou ao relatório da Câmara de Vereadores — que esta CPI tem esse relatório —, denunciando o envolvimento da família, de amigos na construção de postos. Então, isso precisaria ser apurado. E aí não quero dizer que o Prefeito tenha culpa ou não tenha culpa. São coisas que precisam ser aprofundadas. A CPI, como disse o Deputado Luiz Couto, precisaria ter tido mais... aprofundar mais as questões. E aí é isso que eu digo: dentro do relatório há denúncias da própria Câmara de Vereadores, da participação do Prefeito com essa lei, como também com a construção de postos de gasolina. E aí eu não queria entrar em pormenores no sentido de... política, sabe? Porque eu poderia também dizer que o Presidente da CPI era do mesmo Partido. A gente investigou, fez essa força-tarefa, a gente foi a postos também de parentes do Prefeito, essa coisa toda. Mas acho que a questão não é por aí, porque eu dou outros nomes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Presidente, só para... Eu quero concordar com o Deputado nesse sentido. A minha intervenção foi nesse sentido. Acho que o Deputado Rogério Silva também. Primeiro porque eu não tenho autorização aqui nem fui outorgado como defensor do Prefeito Cícero Lucena, até porque acho que ele já foi julgado duas vezes pela população de João Pessoa com a reeleição. Foi o Prefeito que demonstrou, durante as suas duas administrações, que teve a aprovação do povo de João Pessoa. E a questão de parentesco pode ter duas versões: primeiro, porque ninguém pode sair exterminando todos os parentes e proibindo de mexer com a atividade A ou B, mas que a gente tenha essa informação da CPI para não priorizar esse fato como fato que desencadeia uma cadeia de corrupção de combustíveis.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Concordo com V.Exa.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES** - Justamente para preservar o depoimento de V.Exa. é que fiz essas observações, até porque acho que as denúncias com relação... lá no Vale, que há envolvimento com adulteração de combustíveis, sonegação e todo tipo de ação da máfia dos combustíveis, com roubo de carro, com tudo, ela é muito mais grave e essas informações, tenho certeza absoluta de que quem está onde está, como está o Prefeito Cícero Lucena, não se furtará a prestar informações a esta CPI, o que pode ser feita de várias maneiras, ou por escrito ou convidando. Eu não estou aqui autorizado a dizer que isso não ocorrerá. Eu só estou dizendo que não pode ser tido como ação prioritária e nem pode haver desdobramento que possa vir a ser interpretado como desdobramento político, até porque V.Exa. agora resguardou esse critério quando citou o Presidente da CPI e as outras pessoas que são de vários Partidos. Aqui a nossa política é geral. Eu tenho agido aqui, pelo PSDB, com o Deputado Rafael, com a Deputada Rose, mas com o Relator, que é do PFL, o Presidente, que é do PT, a questão política aqui nossa será o julgamento posterior ao trabalho complexo que esta CPI tem pela frente. Portanto, nesse ponto, concordo com V.Exa.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Voltando: o Deputado João Fernandes, acho que importante é Evaristo Cavalcante, que é Presidente dos revendedores dos derivados de petróleo na Paraíba e que aqui no anexo fala dele nos jornais nos últimos dias de lavagem de direito, de laranjas, essa coisa toda. Seria importante. Quando eu coloco também o Adelino, da Câmara de Vereadores, coloco outras pessoas para serem ouvidas. Então, eu queria dizer que, longe de qualquer... E aí, reforçando o que disse o Deputado Luiz Couto, na Paraíba, como no Brasil, mas, na Paraíba, o crime organizado... O Deputado Luiz Couto presidiu uma CPI do Narcotráfico e essa CPI está tendo desdobramentos. Também fui Presidente da CPI da Violência no Campo, que teve como objetivo apurar milícias privadas, a participação de policiais civis e militares. É um absurdo o que acontece na Paraíba, haja vista, no final dessa semana, em São Bento. E aí, Deputado Luiz Couto, não é só no Vale. Na região do sertão, em São Bento, foram eliminadas cinco pessoas vindas da feira. Você pára o carro, manda as mulheres descerem e se eliminou cinco de uma vez. Quer dizer, o crime organizado na Paraíba é enorme. A questão do tráfico de drogas, a questão do roubo de carga, a questão da prostituição infantil... Estamos nos deparando no dia-a-dia com essas coisas. E agora mesmo estou, como Vice-Presidente de uma

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

CPI do Governo do Estado contra um órgão de comunicação, sou Vice-Presidente, mas já estou encaminhando o pedido de uma CPI para apurar o crime organizado na Paraíba. Deputado Luiz Couto, foi o narcotráfico, a prostituição infantil, esse crime organizado que está em todo o Estado. Então, é importante aprofundar. O Deputado Luiz Couto pergunta quais as dificuldades. As dificuldades que tivemos — e foram grandes — são as pessoas terem a coragem de dizer o que conhecem, sabem do dia-a-dia. Isso é horrível. Os donos de postos têm medo, porque há retaliação contra eles. As pessoas contam as coisas. Até mesmo os Parlamentares na Assembléia contam as coisas para a gente. A gente diz: você quer depor? Eles dizem: *“Se você disser, digo que é mentira”*. É isso que acontece entre nós, Parlamentares. Na Assembléia Legislativa da Paraíba, tenho vários colegas lá dentro que me colocam as coisas e, quando eu digo: *“Você não quer falar sobre isso?”* Depois, dizem: *“Se você disser para a imprensa, eu digo que é mentira”*. Isso acontece dentro da Assembléia de cujo Poder faço parte. Isso é um fato corriqueiro, do dia-a-dia. E ninguém... pode ser que aqui não tenha. Então, há essas dificuldades. Outra coisa: o relatório enviado ao Ministério Público. O Ministério Público da Paraíba, como já foi dito aqui, os Procuradores fizeram um trabalho, têm feito um trabalho excelente. Agora, parte do Judiciário continua com as benditas liminares, continua não quebrando o sigilo bancário de determinadas pessoas. E eles estão... eu tenho conversado com alguns deles... e eles se consideram um tanto frustrados com o trabalho que estão fazendo. Agora, o Ministério Público está fazendo o trabalho. E a Assembléia Legislativa ainda não recebeu nenhuma resposta por ocasião da passagem do Deputado Carlos Santana lá, quando foi convidado para receber todo esse material dos Procuradores, eles colocaram de público, então, para a CPI da Câmara. Essas providências... Nós não tivemos, por parte... Como também a questão da CPI da Violência no Campo, por parte do Ministério Público, também não tivemos ainda resposta. Por parte do Governo do Estado, tivemos a aprovação de dois projetos de lei de nossa autoria, uma quanto a concurso público para delegados de carreira, que se realizou neste final de semana. E também quanto a uma Ouvidoria na Polícia Militar e Civil. Então, tivemos essas respostas satisfatórias nesse sentido. Acho que respondi ao Deputado Luiz Couto. Os dois últimos eu respondi juntos. Não sei se consegui. Mas queria dizer que, independente de cor partidária, o que sinto no momento é o seguinte, Sr. Presidente:





**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

a CPI foi muito benéfica no sentido de que hoje, como estou lhe entregando esse relatório sigiloso, as pessoas nos procuram para colocar as questões. Agora, infelizmente, ainda com muito medo. Não querem que o nome seja publicado e essa coisa toda.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Sr. Presidente, eu queria pedir ao Deputado Frei Anastácio que ele...

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu queira dizer... foi o senhor que me pediu a lista dos postos. No relatório que entreguei...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não, dos postos, não. Dos maiores distribuidores. Pelo menos um nome, cite algum nome que o senhor pediu a quebra do sigilo bancário de um dos distribuidores.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Não pedi de nenhum. Nós não pedimos de nenhum.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Então, não levantou de ninguém.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Levantamos os nomes e entregamos ao Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - E o Ministério Público pediu a quebra de sigilo bancário de qual empresa? E por quê?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Pediu. Eu não tenho de cor. Mas há um relatório sigiloso.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Diga-me pelo menos uma só.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu não tenho. Há um relatório sigiloso entregue à CPI por ocasião da...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Relatório da CPI ou do Ministério Público?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Do Ministério Público. Onde eles pedem quebra de sigilo bancário.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - O nome do Procurador, o senhor tem?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Os Procuradores são o Dr. Otávio Paulo Neto e outros. Ele já esteve aqui, já depois aqui.



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Eu estava presente aqui, Presidente?

Foi no caso que eu perguntei se pediu a quebra de sigilo bancário de alguém e ele disse que não?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Pediu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só respondendo. Existe uma agenda que está na Comissão. Essa agenda ontem foi passada para o Deputado João Caldas, para a sua assessoria — está o seu assessor aqui, que pode confirmar ou não. Essa agenda tem todos os nomes das pessoas incriminadas de quem foi pedido quebra de sigilo, tanto fiscal, quanto bancário. Essa agenda está na Comissão como sigilo. E, a partir dessa agenda, vai-se fazer um requerimento, com essa preocupação do Deputado Eduardo Gomes, se nós vamos aprovar ou não a quebra dos sigilos fiscal e bancário dessas pessoas.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu queria colocar que não tenho conhecimento. Foi entregue ao Deputado Carlos Santana.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - A CPI não levantou isso junto com o Ministério Público?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Não, não. Terminada a nossa CPI, encaminhamos ao Ministério Público. O Ministério Público começou a apurar. Na medida em que ele apurou, encaminhou para aqui.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Mas me diga um nome de um grande distribuidor que vocês levantaram e que é sonegador, e que está sob liminar na Paraíba.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Olha, lá na Paraíba, levantamos vários postos.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Não são postos, distribuidor. Pelo menos de um distribuidor. Vocês fizeram essas investigações logo? Foram lá ver?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Não. Nós estivemos em vários postos, junto com a ANP e a Polícia Federal, para averiguar a questão de adulteração de combustíveis, questão da aferição das bombas, essa coisa. Mas não estivemos...

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA** - Em distribuidora nenhuma.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Só corrigindo: não é agenda, são os documentos que chegaram. Estão todos os documentos. Claro que dentro dos documentos há uma agenda. Só para ficar registrado. Mas existe, está lá.



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

E todos os Deputados têm acesso na hora que quiserem verificar. Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, eu queria saudar o Deputado Frei Anastácio, que traz aqui a contribuição da CPI da Paraíba, e faz isso com cuidado, com critério, levantando dados que afirmam o que nós estamos constatando já há algum tempo nesta CPI, que há efetivamente uma organização criminosa que atua em todo o País. Não há uma situação diferente na Paraíba em relação àquilo que já ficou demonstrado em Pernambuco, Santa Catarina. Há especificidades, mas no geral vai-se verificando isso, que o crime organizado está atuando também nesse setor com muita desenvoltura. Fico, Sr. Presidente, com essa convicção de que a CPI tem já muito material, muita coisa já chegou à CPI pelos depoimentos de outras CPIs estaduais ou dos Municípios, depoimentos do Ministério Público, de representantes de revendedores, distribuidoras, da ANP, enfim, todos os depoimentos já trazidos a esta CPI. Parece-me que é o momento de nós aprofundarmos essa relação de investigação com o Poder Judiciário, que é, evidentemente, uma perna importante. Setores do Poder Judiciário — nós não podemos falar do Poder Judiciário como um todo —, setores do Poder Judiciário que se constituem numa perna importante nessa organização. E V.Exa. traz aqui uma grande notícia: a notícia de que o Presidente da Associação de Juízes Federais está disposto a vir aqui. Parece-me que é a abertura de uma porta para que possamos entrar nessa área fundamental. O Presidente da Associação de Juízes pode trazer aqui uma visão panorâmica do que acompanha nesta área para que, posteriormente, nós possamos, inclusive, encontrar justificativas mais sólidas para trazer outros juízes e convocar a Dra. Cláudia. Acho que não é nenhuma afronta ao Poder; muito pelo contrário, o Poder Judiciário deve sentir-se mais confortável se pessoas que agem como a Dra. Cláudia, segundo as informações da imprensa, forem interrogadas, se essas pessoas forem, inclusive, investigadas com profundidade. E, se a indicação for nesse sentido, afastadas do Poder Judiciário. Então, eu estou muito animado com essa indicação, com essa notícia que V.Exa. traz e acho que nós deveríamos fazer aqui um trabalho de aprofundar as nossas investigações em relação ao Poder Judiciário, fazendo com cuidado que essa CPI... que V.Exa. tem procurado conduzir. E, ao mesmo tempo, que nós possamos pegar esses dados que já chegaram à CPI, fazer uma leitura disso, extrair daí aquilo que é



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

essencial — porque não vai dar para gente fazer de forma minuciosa uma leitura de todo esse material — e fazemos essa visita aos Estados, à Paraíba, à Bahia etc. a partir dessa leitura. Porque aqui foram feitas algumas indagações sobre o procedimento adotado pelo Ministério Público da Paraíba. Nós não podemos nos dirigir à Paraíba sem uma leitura, sem uma apreciação, sem uma... sem algum elemento de juízo ou de opinião mais definitiva desta CPI, para que possamos dar uma contribuição no sentido do aprofundamento daquilo que já se investigou na Paraíba, contribuir, inclusive, com o Ministério Público, questionar por que a quebra de sigilo não foi feita, não é? Mas é preciso que a gente tenha os elementos. Então, eu acho que cada visita que nós devemos programar daqui por diante deve anteceder um processo cuidadoso de levantamento de elementos que já chegaram à CPI a respeito de cada um desses Estados, para que assim a gente possa afunilar num processo objetivo de conclusão em relação ao que a CPI pôde apurar até então. Eu queria, saudando o Frei Anastácio, fazer uma abordagem. O Frei Anastácio falava aqui que em João Pessoa o Prefeito modificou a lei para facilitar a instalação de postos de combustíveis. Parece que isso está se disseminando pelo Brasil afora. Em Salvador foi aprovada, na semana passada, uma lei semelhante. Tenho notícia de que outras cidades estão buscando um procedimento semelhante. Além das implicações relacionadas ao meio ambiente, que esses postos podem acarretar, nós teríamos que fazer outras indagações. Essa expansão do número de postos está relacionada com a capacidade de absorção do mercado? Há um mercado efetivo para a expansão desses postos ou eles estão se expandindo como elementos da expansão do crime, beneficiando-se de procedimentos criminosos e, em função disso, estão se expandindo? Então, qual foi o resultado concreto da expansão de postos em João Pessoa? Eu queria indagar do Deputado qual foi a data em que foi aprovada essa lei e quantos postos existiam antes e quantos existem hoje? E qual o comportamento do mercado, se dá para fazer uma avaliação de qual o comportamento do mercado a partir dessa expansão, para que essa CPI, inclusive, possa indicar um procedimento em relação a uma prática que parece que está se disseminando pelo Brasil afora. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar para o Relator, quero informar ao nobre Deputado Daniel que, desde o dia 21 de maio, todos os relatórios da CPI da Paraíba já estão nos gabinetes. E é o procedimento

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

que a Presidência está adotando: todos os relatórios. Só os relatórios reservados... que estou pedindo àqueles Deputados que vão à Comissão, lá eles... a gente tira o lacre, ele lê, entendeu, está na Resolução 29 do Regimento Interno da Casa. Então, os companheiros, os nobres Deputados vão à Comissão, lêem o material, por isso é que não pode sair de lá. Mas todos aqueles que não são sigilosos, como... nós estamos mandando para todos os gabinetes. E, aí, é claro que a gente sabe que há uma acúmulo de documentos. Por isso que a gente... Cada Deputado vai escolher uma área para poder trabalhar, para se dedicar. É por isso que a gente está pedindo a cada companheiro, a cada Deputado que procure uma área e se dedique àquela área, porque aí vai ter mais facilidade de ajudar o Relator e assim sucessivamente. Então, nós estamos tendo essa preocupação de passar todas... todas... em nível das informações. Relator. O Relator tem prioridade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Obrigado, Presidente. Não... é... 2 minutinhos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, apenas... claro, o Relator tem prioridade, quero saber o próximo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Não... Eu vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - É o nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Minha observação não é questionamento, Presidente. Eu queria, primeiro, cumprimentar o nosso Frei Anastácio pelo trabalho, agradecer a presença dele aqui. Presidente, eu estou notando... e ontem, com o Deputado João Caldas... Eu queria pedir à Secretária da Comissão, Ivete Maria, e pedir à Assessoria da Câmara, os 3 assessores... Nós temos já assessores da Comissão de... das Comissões, aqui, Parlamentar, da Casa; a Corregedoria já indicou um membro efetivo, que está participando conosco; nós pedimos à Advocacia-Geral da União, ao Ministério da Fazenda, à Receita, ao Ministério de Minas e Energia, visitamos o Supremo, visitamos a Associação de Juízes, solicitamos ao Ministério da Justiça nomes para apoio e acompanhamento. Mas eu vou aproveitar a observação do nosso colega, Deputado Daniel e o que aconteceu, e queria pedir então... reiterar, Secretária Ivete, que não são tantos membros, são 25 membros. Queria pedir a você, à Mariângela, à equipe que visitasse cada Deputado e explicasse os documentos que chegaram. Embora

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

tenha no *site* da Comissão, é uma delicadeza que nós precisamos fazer para que não se tenha, aqui na Comissão, essa percepção de que ou o Presidente ou o Relator tem alguma informação que não passou aos Deputados. Isso é fundamental para o nosso trabalho. Como eu não tenho dúvida do procedimento da Comissão e do Presidente, eu fico tranqüilo. Agora, o Presidente deixou claro que todos os documentos que chegaram e que puderam ser distribuídos foram distribuídos. Os documentos sigilosos estão à disposição, mas é preciso que os Deputados tenham conhecimento dos documentos sigilosos, eles precisam saber o que tem e o que eles gostariam de ver. E acho que, inclusive, a relação dos documentos sigilosos pode estar até no *site*, também, entendo que deve estar — a relação, não o documento na sua íntegra. O segundo ponto, que eu acho que é de bom alvitre para o encaminhamento da solução... da Comissão é que é importante que todos os Srs. Deputados percebam que as CPIs dos Estados caminharam mais ou menos no mesmo sentido que nós caminhamos e puderam fazer pouco. Há essa mesma angústia e ela vem aqui e deposita na Comissão mãe, na CPI mãe, que é a CPI da Câmara Federal. O que o Presidente e eu, como Relator, temos passado aos companheiros do procedimento de gestão da CPI — e é bom que fique registrado — é que nós estamos colocando ao Executivo que o Legislativo está fazendo o papel — e nós entendemos que numa dimensão absolutamente correta e transparente — de ser usado para dar ao Executivo e ao Judiciário os instrumentos para a correção para a qual a CPI foi criada, que é a fraude tributária, a adulteração, todos esses elementos. É que usem a CPI como instrumento de correção. O importante, também, nesse processo, é que nós não temos o conhecimento que a ANP tem, ou seja, que o Executivo tem, que a Receita Federal tem, que o próprio Ministério da Justiça tem para que a gente possa fazer as ações na dimensão, no tamanho e na responsabilidade, sobretudo, que a CPI tem que fazer. Nós não temos nenhum receio de quebrar sigilo, mas nós não podemos ter a leviandade de não quebrar um sigilo que nós não pudéssemos ter praticamente a certeza de que nós teríamos sucesso nessa empreitada, nessa ação, para que a CPI não fique desmoralizada. Então, esse tipo de comportamento que o Presidente tem tido, que eu tenho tido e que os nobres colegas Parlamentares têm tido é importantíssimo porque realmente a ANP, mais a Receita Federal, aliadas à CPI, nós podemos fazer ações absolutamente completas e seguras. Agora, um Poder sozinho, nós aqui não





**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

daremos conta, como os outros, nos Estados, não deram. Eu faço essa observação... Então, repito, sob 2 aspectos: o primeiro é da absoluta transparência de que nem o Presidente nem o Relator têm algum documento ao qual os Srs. Deputados não possam ter acesso, em absoluto. E o segundo é de que nós precisamos, cada vez mais, buscar a ação dos 2... dos 3 Poderes: o nosso, que está fazendo o papel dele, do Executivo e do Judiciário, para que a gente possa ter o resultado que a sociedade espera desta CPI. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar a palavra ao nobre Deputado José Carlos Araújo, quero dizer que o Executivo... Eu só quero reafirmar a necessidade de o Executivo fazer a sua parte. E, para mim, que sou do PT, acho que... Eu faço essa crítica porque nós já demos várias sugestões, várias sugestões que deveriam ser feitas, como a constitucionalidade da CIDE, como a questão do projeto da caução, todos esses... Até agora o Executivo não fez a sua parte. Não dá para jogar para nós aqui... Se vocês pegarem esse... o relatório, até uma síntesezinha que está aqui, a todo lugar que você vai, todo mundo está jogando a responsabilidade para nós. Vários... nos Estados não conseguiram fazer as poucas ações. Aí jogam a responsabilidade para nós. Por exemplo, se você vai a uma Secretaria conversar, jogam a responsabilidade. Por isso que nós temos que ter aqui muita paciência, muita paciência, não podemos entrar nos conflitos estaduais, não podemos entrar nos conflitos estaduais; tudo aquilo que nós vamos fazer tem que ser muito... muito visto, olhado, com muita paciência, para nós não entrarmos nessa... não entrarmos nos conflitos estaduais. Nós temos a nossa parte que nós vamos fazer. Estamos fazendo a nossa parte. Isso eu quero deixar bem claro. Só para ajudar, tanto estamos fazendo nossa parte que, terça-feira, às 16h, nós temos reunião com todos os Procuradores que estão examinando essa matéria no Brasil todo, na Comissão, o Luciano Zica é o Presidente na Ouvidoria, nós vamos ter todos os procuradores estaduais e a Procuradoria-Geral da República, vamos estar com todos os procuradores, que estão discutindo essa matéria no Brasil todo, para nos auxiliar também. Então, quero dizer isso, que a gente está fazendo a nossa parte, nós estamos cobrando do Governo Federal, nós estamos cobrando do Governo Federal, o mais rápido possível, fazer todas as ações. Então, o nobre Deputado José Carlos Araújo, o bom baiano.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, quero saudar o Presidente, o Frei Anastácio e o Relator. E, depois, Presidente, que ouvi aqui se falar em acerola, laranja, melancia, eu... só falta, para fazer essa salada de fruta, botar o abacaxi que está na mão desta CPI. Na verdade é um grande abacaxi que está na mão aqui do Relator e do Presidente. Em momento algum, ninguém duvida das intenções do Presidente e do Relator, de todos os Deputados que aqui estão fazendo parte da CPI de querer apurar e de que cheguemos a uma conclusão do que acontece. Mas o que nós vemos aí, Presidente, e que está claro para mim, em todos os Estados e... Não ouvi o relato do Frei Anastácio, mas o que está escrito aqui é o que acontece em todos os Estados, que a CPI caminha para duas vertentes: uma é a vertente política, está claro. Em todo lugar acontece isso, de uma forma ou de outra, e não foi diferente na Paraíba. E a outra é que o que dá ibope, o que dá ibope é o que está na ponta, na ponta da bomba de gasolina, é o posto de gasolina. Porque, quando a gente quis, na Bahia, ir atrás dos grandes distribuidores, e em outros lugares, não se foi... Frei Anastácio, por exemplo, não sabe dizer o nome de uma grande... dos grandes distribuidores da Paraíba. Daí que não houve preocupação da CPI de ir atrás do distribuidor, até porque o distribuidor sempre fica fora da cidade, lugar ermo e tal, não tem o público para dar o ibope. A gente vê, por exemplo, se fala da ANP. Não tenho nada nem contra nem a favor da ANP, mas, por exemplo, em abril, na Bahia, a ANP autuou 115 postos de gasolina. Na Paraíba, em junho, 18. Então, de uma forma ou de outra a ANP está aí com 55 fiscais atuando no Brasil inteiro e atuando também no Brasil inteiro contra milhares de postos de gasolina e distribuidoras, refinarias, com apenas 55 técnicos para fazer essa fiscalização. E aí, Presidente, se o Executivo, o prefeito da capital abre para um maior número de postos, e a CPI, os Deputados da CPI e as pessoas são contra o prefeito, acham que isso está favorecendo o cartel, que são mais integrantes que vão fazer parte do cartel e vai diminuir a distância de postos para aumentar a sonegação. Se o prefeito não dá também a licença para o posto, é porque quer facilitar a vida daqueles... Então, depende do vento, da política de um lado ou do outro; é ruim dar postos, é ruim não fazer postos. Isso é o que fica claro aqui. Na Bahia, por exemplo, o PT, no passado, queria que abrissem mais postos porque a concorrência é salutar, é democrática. *“Vamos abrir.”* Era isso. Mudou o discurso, como, aliás, mudou no Brasil inteiro. V.Exa. foi muito feliz quando convocou aqui o

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

Executivo, que é hoje do PT, não está fazendo a sua parte. Não é só isso não, Presidente, em todas... o Brasil inteiro traz uma grande decepção porque o PT não está fazendo a sua parte que deveria fazer, era a grande esperança do Brasil e não está sendo... realmente está sendo uma grande decepção para o Brasil. V.Exa., não. V.Exa., como Presidente, é uma grande esperança nossa aqui e que nós cheguemos a uma conclusão. Podemos fazer alguma coisa para os brasileiros que possam ter uma gasolina mais barata, pura e boa para que os nossos veículos possam trafegar. Os Deputados aqui abriram mão da sua imunidade Parlamentar, mas o Judiciário não quer. Há notícias de que a juíza que nós queremos trazer aqui como convidada, depois queremos trazer como convocada, disse que não virá a essa CPI. Sr. Presidente, se ela não vier não vai desmoralizar essa CPI, vai desmoralizar o Judiciário. E nós devemos aí, Sr. Relator, propor a esta Casa leis mais rígidas que obriguem... Se nós podemos ser chamados pelo Judiciário para depor, se nós transgredirmos a lei, por que é que os juízes não podem vir a esta Casa prestar esclarecimento? Esta é a pergunta, Presidente, que devia ter sido feita ao Presidente Maurício Correia. Por que é que nós não podemos ir ao banco dos réus e eles não podem vir aqui depor, prestar esclarecimentos do que está na revista, do seu aumento de patrimônio e das coisas que são feitas? Esta é a pergunta que fica no ar e que nós precisamos também sugerir que esta Casa faça leis que proporcionem, que façam com que os juízes, maus juízes — porque há os bons juízes, há os bons desembargadores, como há os bons Deputados e os maus Deputados, em toda classe há os bons e os maus — os maus juízes venham aqui. Não estou dizendo que a juíza é má juíza. Os juízes que esta CPI ou qualquer outra CPI desta Casa ou do Senado queira ouvir, que se disponham a vir aqui convidados ou intimados, seja lá quem for. Nós temos que ter leis aprovadas nesta Casa que proporcionem isso. O que nós não podemos é ficar de mãos atadas simplesmente com medo de um *habeas corpus*. Nós podemos mandar intimar para vir aqui, sim, o Sr. Maurício Correia ou quem quer que seja que forneça o *habeas corpus* para que não venha, para que nós possamos destampar na imprensa, que não veio depor porque o próprio Judiciário impediu que ela viesse aqui. Nós quisemos, fizemos a nossa parte. Se o Judiciário não faz a parte dele, como o Executivo não está fazendo, paciência, paciência. Isso é o que nós devemos fazer. Porque o Frei Anastácio, por exemplo... Na Bahia nós tentamos quebrar o sigilo bancário. Fizemos

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

uma consulta jurídica e nos informaram juridicamente no parecer que as CPIs estaduais não têm competência para quebrar sigilo bancário porque os bancos têm uma lei específica federal. Então, só esta CPI, a CPI da Câmara dos Deputados, pode quebrar o sigilo. O Frei Anastácio não sabia disso, está sabendo agora, porque se soubesse, quando o meu colega perguntou teria respondido isso que eu estou respondendo a V.Exa. Eu, lá, encaminhei ao Ministério Público para que pedisse a quebra do sigilo bancário, que é um outro caminho que pode ser tomado. Foi o que o Frei Anastácio fez e que eu fiz na Bahia, encaminhei ao Ministério Público a denúncia contra 186 postos e 6 distribuidoras que estavam na Bahia. Se há o cartel dos postos, há também o das distribuidoras. E se um se protege do outro, paciência, cabe apurar. Nós, Deputados Estaduais e Federais, não somos policiais, nós somos Deputados, temos que fazer a nossa parte, estamos fazendo. E temos que contar, como o Relator coloca aí muito bem, com a colaboração do Executivo e do Judiciário. Nós não estamos contando aqui com o apoio, pelo menos está claro, do Judiciário e muito pouco do Executivo. O Relator tem feito um esforço muito grande para conseguir esse apoio, mas vejo que é muito... E esta CPI, Sr. Presidente, está caminhando do meio para o fim. Nós temos que fazer algo rápido para que esta CPI mostre que nós estamos aqui e queremos apurar e mostrar ao Brasil... Todos estão de olho em nós. Nós estamos aqui a serviço dos brasileiros, para provar... E se nós não pudermos provar, como o Relator coloca muito bem, nós vamos fazer encaminhar sugestões e leis que possam possibilitar como a CIDE, os impostos, a unificação das alíquotas. E que nós temos que acabar com o solvente, como exemplo, com uma alíquota diferenciada, que só serve, Presidente, só serve para facilitar a vida daqueles que querem... Por isso, Sr. Presidente, para concluir, sei que V.Exa. foi tão paciente, como V.Exa. tem mostrado que é com todos os outros oradores, não vai deixar, não vai ser impaciente comigo, que quero apenas dizer que V.Exa. realmente está de parabéns pelo trabalho que tem feito. tentando nesse período da convocação extraordinária, junto com o Relator e com tantos Deputados aqui, visitado, batido na porta do Judiciário, dos procuradores, da Receita Federal, da Polícia Federal, pedindo apoio para apurar, pelo amor de Deus, porque nós precisamos mostrar ao Brasil que esta CPI veio e vai acontecer alguma coisa. Nós temos que mostrar isso. Esta é a última esperança. Eu não digo, como disse o ex-Presidente, a última bala dos brasileiros, mas talvez seja a última esperança,



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

porque a grande esperança é uma grande frustração, que é o nosso Presidente Lula, que realmente tem sido uma grande frustração para o Brasil. Por isso, Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Eu quero dizer que eu não vou entrar no mérito da discussão, até porque...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - V.Exa. é Presidente, é o grande árbitro, e, portanto, tem que ficar realmente aí, ouvir, embora não concorde, sei muito bem, mas V.Exa. tem que estar como árbitro. Por isso eu fiz essa provocação, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Concedida.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Eu vou aproveitar o gancho deixado pelo nobre Deputado José Carlos Araújo, da minha Bahia, do meu PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Mas você é um carioca...

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - ... que foi para lá.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - É verdade. Eu quero deixar... eu quero primeiro levar ao conhecimento da Presidência o seguinte: eu sou membro da CPI da Pirataria, que tem muito a ver com a CPI dos Combustíveis, já que também se adultera combustíveis neste País, principalmente na Bahia, no meu Estado. Eu não sei, Sr. Presidente, se eu teria competência aqui ou não de encaminhar um requerimento propondo uma ação conjunta da CPI da Pirataria com a CPI dos Combustíveis no Estado da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Reginaldo, ontem o Presidente da CPI da Pirataria me procurou porque eu já tinha, já... um dos temas em que nós vamos nos aprofundar, que nós já estamos começando a nos aprofundar é a questão do solvente, a questão do álcool e...

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Todos os componentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Esses 2 têm muito a ver com a questão da adulteração, que é uma pirataria. Então, nós vamos fazer essa reunião em conjunto, as 2 Comissões, quando trabalharmos esse tema, porque esse tema para nós é extremamente... porque nós sabemos... como nós temos um



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

requerimento que é muito bom, da nobre Deputada Rose, que chama para nós aqui o Presidente e o Relator da CPI do Roubo de Carga e, também, tanto do roubo de carga como da questão do narcotráfico. Isso para nós demonstra — e aí tem muito exemplo — que a gente tem muito a ver com essas 2 CPIs que tivemos, e hoje com a CPI da Pirataria. Então, você pode fazer um requerimento na sua Comissão, mas a gente já tem esse entendimento e vamos trabalhar para fazer uma audiência em conjunto para trabalharmos juntos, porque, quando nós trabalharmos esse tema de adulteração, tem tudo a ver com a questão da pirataria.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - A questão era se... Então, esse requerimento eu terei que fazer na Pirataria e encaminhar aqui para a CPI do Combustível?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Isso.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Eu faço, aprova lá...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - E, sendo aprovado lá, encaminha para cá e a gente também bota em votação aqui.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - E nós vamos poder, Deputado José Carlos Araújo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, pela ordem, um aparte.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Era isso, eu ia te provocar mesmo. Nós vamos poder fazer na Bahia, então, essa investigação, não só dos cartéis, que é da competência da CPI dos Combustíveis, como também nós vamos poder fazer a investigação da adulteração dos combustíveis. A CPI da Pirataria, a ela compete investigar a adulteração, já que há uma falsificação da qualidade dos combustíveis. Então, nós vamos fazer esse requerimento lá; aprovando, nós vamos encaminhar para cá. Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, eu queria dizer ao Deputado Pastor Reginaldo, que é da minha Bahia, que eu faria, eu subscreveria, na minha Comissão, nesta Comissão, o requerimento do Pastor Reginaldo com muito prazer, mas quero dizer mais ainda ao Pastor Reginaldo, Deputado, que na Bahia nós podemos nos considerar crianças, em face do que estamos ouvindo aqui do que acontece nos outros Estados, inclusive na Paraíba, no Rio, em São Paulo. Nós somos crianças em termos de sonegação, de adulteração,





**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

dessas coisas todas. Mas será muito bem-vindo e eu subscrevo o requerimento de V.Exa. Só para completar, Sr. Presidente, das 115 autuações que tiveram na Bahia, 104 foram autuadas mesmo e 11 postos foram interditados pela ANP. Portanto... E há aqui um relatório. E aí quero agradecer à Assessoria do PFL, que prontamente, após a minha fala, me colocou nas mãos um relatório que tirou do site da ANP, das atuações no Nordeste da Bahia, o que prova que a ANP, mesmo com 55 fiscais, cutucada por esta CPI, por outras, e também pelo esforço grande que dos seus técnicos, tem agido e tem nos informado, pelo menos a assessoria dos Deputados, do que está acontecendo na ANP. Pena que o Executivo não faça a sua parte fazendo concurso para novos fiscais para a ANP, para as polícias, para acabar com essa violência no Rio de Janeiro e em São Paulo. Pena que o Executivo não faça a sua parte, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Conclua, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Daniel.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, só para esclarecer algumas coisas. Em primeiro lugar, o Deputado José Carlos Araújo faz algumas considerações a respeito do atual Governo, que o Governo não estaria cumprindo o seu papel, como se as coisas tivessem começado neste Governo. Esse processo começou muito antes, particularmente no período do Governo que ele apoiou até o fim, o Governo passado, que fez a desregulamentação e não criou as condições para uma fiscalização desse mercado. Deixou que essa anarquia, essa máfia tomasse conta do espaço. Este é o primeiro esclarecimento. Outra questão. Ele afirma aqui, transmite a idéia de que a Bahia não tem problema nesse mercado. Na verdade o que deve estar acontecendo lá nosso Estado é exatamente a falta de ação das autoridades locais no sentido de uma investigação como foi possível fazer em outros Estados da Federação. Lá foi instalada uma CPI que não concluiu nada, não apresentou relatório, não houve nenhuma conclusão porque não houve ambiente político capaz de fazer isso. E as autoridades policiais, as autoridades do Estado também não adotaram as providências. Lá existe problemas tanto quanto outros Estados da Federação, inclusive largamente difundido, divulgado, pela imprensa baiana com fatos, com elementos que comprovam a existência de cartel, de adulteração, e assim por diante. O problema é que na Bahia as coisas, os dados

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

são pouco confiáveis. Há um monopólio do controle de determinadas instituições que impede que essas informações sejam difundidas de forma mais ampla e que haja investigações com o acompanhamento, com a participação da sociedade. Não houve CPI na Bahia que concluísse qualquer investigação a respeito dos combustíveis, lamentavelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Passando para o Frei Anastácio para as ponderações, responder as perguntas e fazer as ponderações finais.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu queria dizer que não é fácil eu presidir uma CPI da violência no campo. Não foi tão difícil, não, mas essa máfia — e aí eu queria dizer ao Deputado que saiu que não é fácil, não, não é fácil porque envolve gente miúda, mas também graúda. E aí eu queria reforçar e dizer que o que o Relator está colocando é isso mesmo. As dificuldades são imensas e, ir à Paraíba, foi o Deputado aqui Daniel Almeida, precisa se inteirar bem de todo esse material. E eu quero dizer que eu vou encaminhar mais material a esta Comissão, porque está chegando. As pessoas estão... como eu trouxe um agora do dia 21 do mês que está terminando, e o pessoal está trazendo aí. Eu queria dizer que o Prefeito de João Pessoa... Veja o seguinte: a Lei nº 8.169/96 permitia a construção de postos a 1.500 metros. E o Prefeito encaminhou uma lei em 2000, em 25 de fevereiro de 2000, Lei nº 9.060, onde determinou a distância, caiu para 200 metros. E passou de 2000 para, hoje... Em João Pessoa havia 50 postos; em 3 anos passou, aliás, em 3 anos passou para 107. Está aí no relatório. Está aí o negócio. Precisa ser investigado isso. Não é questão co-partidária. É uma questão que está aí. A flexibilização da lei de Cícero Lucena levou a isso. E na Paraíba toda hoje são, segundo o sindicato, mais de 400 postos. É um Estado pequeno, são cidades, 30% que não têm nem postos de gasolina, mas aumentou. A outra questão é: quanto à ANP, ela multou 18 postos na Paraíba, só que até agora ela não divulgou os nomes. Não divulgou. Nós não sabemos, o Ministério Público não sabe. Não divulgou. Por que não divulgou? E aí agora se transfere para a CPI nacional. E, de fato, é a esperança, a esperança de que é esta CPI... E ela tem uma responsabilidade enorme de investigar. Quanto à questão de quebra de sigilo bancário, essa coisa, de fato, eu acho que nós fomos muito amadores, muito. Fomos. E a CPI, ela foi prorrogada. Chegava 20 de dezembro, tínhamos que encerrar, porque, do contrário... E a gente deixou muito a



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

desejar na apuração. Como, se não tivermos cuidado, esta também, porque, ainda que haja prorrogação, a questão é muito ampla para ser investigada. Então, era isso que eu queria dizer, e dizer que as dificuldades são enormes. Quando aqui eu cito vários nomes, também do Partido dos Trabalhadores, o Adelino, para ser ouvido, por quê? Porque tem informações que podem ajudar. Agora, digo como Relator. Eu, que fui Relator, cheguei a um ponto em que me vi assim no mundo de “n” dificuldades e para fazer um debate com a imprensa, debate com a Comissão, elaborar o relatório. Porque nós temos aqui este relatório, mas se formos ver o que tem lá, dá um caminhão de depoimentos, de questões. A gente vai extraíndo o que é possível extrair, em vista de ter um relatório para poder subsidiar o Ministério Público. Agora, há dificuldades do Governo. Aí eu quero dizer o seguinte: o problema da própria ANP não é uma questão do Governo no momento, é uma questão antiga, de governos passados, e é necessário que a gente leve em conta isso. Agora, tenho plena confiança em que a CPI aqui, se for à Paraíba, quero dizer que a Presidência da Assembléia Legislativa já disse que coloca todas as condições para que esta CPI, chegando lá, possa, de fato, atuar, investigar. A Assembléia Legislativa está à disposição, na pessoa do Presidente Rômulo Gouveia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Santana) - Antes de terminar, quero passar a nossa agenda da semana que vem. Terça-feira que vem, às 16h, na Ouvidoria, vamos ter um grupo de procuradores numa reunião em que nós vamos estar discutindo todos os processos que acontecem em nível dos Estados com relação à questão da área de combustível. Nós, no dia 7, vamos ter uma audiência, que só falta ver o plenário, mas já está confirmada, com a Receita Federal. E aí eu peço aos nobres Deputados que se tiverem interessados... A Comissão tem vários documentos que podem auxiliar nas perguntas dos Deputados. Então, é importante os nobres Deputados... Os assessores que estiverem aqui, é importante avisar aos seus Deputados para irem ver esses documentos. Tem muita coisa que pode ajudar muito nas perguntas que podem ser feitas em nível da Receita. Não tendo mais nada a tratar, está encerrada a nobre sessão.